

CONCEITOS E O DEBATE HISTORIOGRÁFICO A PARTIR DA AUTOBIOGRAFIA DE OLAUDAH EQUIANO (1745-1797)

Artur José Renda Vitorino¹
Gisele Maria Beloto²



Introdução

Este texto busca explicitar os conceitos fundamentais ao historicizar o tema África, como o conceito de “escravidão”, contextualizando a origem de seu emprego no continente (a “escravidão doméstica” ou condição de “dependência” por integração ao grupo familiar, “escravidão” a partir das influências da expansão árabe no século VII e tráfico transatlântico de escravizados); e possíveis transformações conceituais por meio das conexões mencionadas, junto ao debate historiográfico.

O debate a partir da historiografia africanista teve como participação historiadores de amplo reconhecimento internacional, tal como Izabel de Castro Henriques (2003), Paul Lovejoy (2002), Elikia M’Bokolo (2009), Alberto da Costa e Silva (2002), Olaudah Equiano (2012), John Thornton (2003), entre outros. Esse debate conceitual foi desenvolvido na dissertação de mestrado de Gisele Maria Beloto na linha de pesquisa Políticas Públicas em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Nesta dissertação, a construção desse debate teve como objetivo o desenvolvimento de um paradidático em história voltado para alunos do 6.º ano do Ensino Básico, como um meio de auxiliar

1 Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, Brasil. E-mail: arturvitorino@uol.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8654-3182>

2 Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, Brasil. E-mail: giselembeloto@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2519-7685>

professores e alunos ao debate historiográfico a respeito da História da África e dos Africanos como exige a lei n.º 10.639/03 (Beloto 2019).

O estudo não buscou, portanto, construir uma pesquisa historiografia com o sentido de solucionar ou trazer hipóteses de determinados eventos históricos, por meio da fonte histórica e argumentos, mas, sim, uma exposição do debate a partir das divergências historiográficas, sem necessariamente defender uma ou outra tese, mas dar destaque ao que consideramos fundamental: o protagonismo históricos dos africanos.

Desta forma, a fonte primária do estudo é a narrativa autobiográfica de Olaudah Equiano (2005): “A interessante narrativa de vida de Olaudah Equiano, ou Gustavo Vassa, o africano”³. Os recortes selecionados, com o intuito de enriquecer o debate historiográfico como proposta, conta-nos a infância de Equiano em Igbo, em que ele presencia de cima de uma árvore um conflito envolvendo sua família, suas experiências após seu sequestro e as suas primeiras impressões no navio negreiro.

Torna-se fundamental destacar o avanço e divulgação da pesquisa sobre *as Áfricas*, com destaque a região de Igbo, uma vez que foi a segunda maior fornecedora de pessoas escravizadas para as colônias americanas, desta forma, tendo papel fundamental na construção da identidade cultural das Américas. Por fim, a obra de Equiano também teve papel fundamental na construção e formação da identidade nigeriana após sua independência em 1960.

O caminho metodológico será o mesmo de Adalberto Marson, em “Reflexão sobre o procedimento histórico”. Marson (1984) critica em seu texto as regras do procedimento histórico enraizadas e defendidas pelos historiadores positivistas em narrar histórias, no sentido da falsa ideia de alcançar uma narrativa e reconstrução histórica exata. Desta forma, Marson (1984, 46) defende que primordialmente é necessário reconhecer *as histórias* que nos produziram, este movimento é um “[...] passo decisivo na conquista do direito de reflexão mais livre possível a respeito do que somos e do que temos feito no nosso trabalho”.

Marson (1984) defende a utilização da fonte histórica, em combinação aos conjuntos de elementos que a tornaram histórica, de forma que enfatize protagonistas que foram ocultados pela historiografia eurocêntrica e rompa com a narrativa histórica tradicional. Nesse sentido, trata-se de não realçar as memórias dos vencedores e sim, realizar a reconstrução histórica,

3 Traduzido pelos autores. No original: “*The interesting narrative of the life of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African written by himself*”.

com destaque às identidades que compõem o continente africano e consequentemente, o americano.

“A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano”: Conceitos & Debates

Julga-se primordial explicitar o debate em torno do conceito de dependência e escravidão a partir da perspectiva da historiografia africanista pré e pós-início do tráfico atlântico, atados à fonte primária do ex-escravizado Olaudah Equiano com fins de ampliar o debate e sua compreensão.

Desta forma, conceituar e contextualizar o que seriam as formas de “escravidão” entre os africanos, antes da colonização europeia, torna-se uma tarefa necessária. Porém, vale ressaltar para o início desta exposição, os problemas filológicos na aplicação de diversos conceitos, como *escravo* e *escravatura*, por possuírem uma periodização remota. Trata-se, de acordo com Henriques (2003), um conceito anacrônico e eurocêntrico, como é possível examinar no excerto abaixo:

Efectivamente, tanto o *escravo* como a *escravatura* são termos recentes na história cultural do mundo: o termo escravo, do latim medieval *sclavus*, provindo de *slavus*, terá aparecido no século XIII, enquanto a palavra *escravatura* só teria integrado as línguas europeias no século XVI. A utilização dos dois termos deve-se assim a uma operação banalizadora que, em certo sentido, cria uma espécie de homogeneidade das práticas sociais, negando o próprio sentido da história (Henriques 2003, 62, grifos da autora).

Desta forma, nota-se que são conceitos oriundos de um contexto europeu posterior, ao qual passou a ser integrada no vocabulário a partir do início da colonização europeia nas Américas; portanto, insuficiente para descrever um contexto africano anterior ao início do tráfico negreiro. Em relação ao “escravo”, como argumento para tal afirmação, Henriques (2003) cita a fonte de Henrique de Carvalho em que descreveu a viagem para Mussumba do *Muatiãnvua* e notou as diferentes categorias de hierarquias sociais e vocábulos presentes nessa sociedade. No caso, a categoria social “mururos” e “mubicas” foram interpretadas erroneamente pelos portugueses como uma palavra análoga ao conceito de “escravo”, porém, tratava-se de uma estrutura que equivale certo tipo de “dependência”.

Convém trazer determinado alerta, como mencionado anteriormente, porém, mesmo a historiografia africanista avançando rapidamente, ainda é um campo recente de pesquisa, principalmente se pensarmos que este campo busca distanciar-se das amarras eurocêntricas. Em detrimento disto, muitos termos e conceitos utilizados podem acarretar, arbitrariamente, determinado anacronismo e eurocentrismo. Porém, por mais que sejam termos generalizantes, tais como “escravo” e “escravidão”, eles também podem ajudar a trazer maiores compreensões e serem úteis para localizar-se, caso seja explicitado que estamos dentro de uma perspectiva africanista pré ou pós-início do tráfico pelo Atlântico. Em suma, trata-se de, conforme as possibilidades, aproximar os conceitos e as noções da cosmovisão africana a partir do recorte de espaço e tempo previamente delimitados.

Com o objetivo de apresentar a história da África e a história das relações de “dependência” ou “escravidão” no continente, torna-se de suma importância expor fontes históricas do ponto de vista do africano. De acordo com Thornton (2003), apenas os estudos e documentos de origem europeia foram os que sobressaíram e ganharam a atenção dos pesquisadores.

Como grande parte das civilizações africanas eram formadas pela tradição oral, palavras transmitidas de geração para geração, como forma de preservação da sabedoria ancestral, houve um desvio de atenção por parte da academia pela falta de documentação escrita. Mesmo em áreas como a África Ocidental, onde a escrita passa a ser desenvolvida a partir do século XV, poucos ocidentais escreviam. Desta forma, pesquisadores enxergaram as civilizações africanas de tradição oral com desinteresse, por exigir desenvolvimento de técnicas complexas para as análises de tradição oral. Os interesses se voltaram, sobretudo, para civilizações europeias que desenvolveram a escrita, porém, “[...] a oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade” (Vansina 2011, 140).

Ki-Zerbo (2010, 37) afirma que as fontes escritas também não devem ser negligenciadas, mas sim, “[...] transpor um novo limiar qualitativo e crítico sobre a visão do passado africano”, desta forma, a fonte histórica a seguir, trata-se da autobiografia de Olaudah Equiano (1745-1797) que constitui-se em uma narrativa de emancipação, as quais “[...] refletem a dinâmica situacional, móvel, entrincheirada e oscilante que caracteriza o Atlântico Negro” (Bicalho 2016, 2327).

Olaudah Equiano foi filho de um *embreche*,⁴ nascido na aldeia Igbo⁵ – há controvérsias⁶ – publicou sua obra em 1789 na Inglaterra, após sua alforria, sob o título “A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano”⁷. De acordo com Canto (2015), o relato completo de Equiano flutua entre ficção – há trechos que não foram selecionados em que sua narrativa está atrelada a questões bíblicas e reconstituição de uma África mítica⁸ –, e veracidade – episódios inquestionáveis para a historiografia atual. Da mesma forma, vale ressaltar que, “[...] os fatos, a literatura e a ficção fazem parte da narrativa e da memória” (Canto 2015, 89) e tais elementos fazem parte do ofício do historiador. Como afirmado anteriormente, grande parte do continente africano, nesse período selecionado, era adepto à tradição oral e não a escrita, e, tal tradição não diminuiu o seu valor como fonte, como também, a memória da infância de Equiano. Assim, aos onze anos de idade, mais especificamente, ele tornou-se adulto em contato com a cultura ocidental; portanto, sua visão pode ter sido influenciada pelo mundo ocidental cristão.

Como mencionado anteriormente, foram selecionados apenas alguns trechos. No excerto abaixo Equiano (2005, s/p, tradução nossa) revive suas memórias ao relatar que presenciou um conflito em sua região:

4 De acordo com Silva (2012, 276) “*embreche*” era um membro específico com o título de Ozo. Sua distinção se dava pela escarificação “*itchi*”.

5 “*Ibos*” – ou Igbo – é um conjunto de povos que habitavam a região da atual Nigéria. Nesses grupos, não existia uma figura que exercia um cargo de total controle do poder central; geralmente, as decisões eram tomadas com reuniões públicas (Lopes e Macedo 2017, 150). De acordo com Uchendu (1977 *apud* Canto 2015, 94), o termo correto a se utilizar é “Igbo”, uma vez que, “[...] Ibo é sua transliteração para os Idiomas ocidentais” e a estrutura social e política se baseava nas linhagens, entre outros títulos atribuídos a partir de sua coragem como guerreiro, boa oralidade ou baseado nas riquezas. Ademais, de acordo com Alagoa (2010), a região de Igbo, a partir de fontes arqueológicas, foi povoada no período da Idade da Pedra e teve como base a agricultura, como, por exemplo, cultivo de inhame.

6 Com a publicação do seu relato “A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano” em 1789, a obra se tornou uma espécie de campanha abolicionista. De acordo com Silva (2012, 275), para desqualificá-lo, questionaram a sua origem africana, alegando que ele tenha nascido nas Caraíbas.

7 De acordo com Canto (2015), como a autobiografia de Equiano tinha fins abolicionistas, sua obra foi financiada por 321 pessoas que se comprometeram a comprá-la.

8 De acordo com Canto (2015, 98) é comum textos da época, principalmente aqueles com o intuito abolicionista (sobretudo, pelo fato de Equiano fazer parte dos grupos abolicionistas) de reconstituir uma África mítica: “[...] havia a necessidade de mostrar aos europeus uma África rica de alimentos, de conhecimento e de qualidade de vida, em especial, com o objetivo de argumentar o quanto o tráfico escravista era pernicioso e destruidor”, uma vez que, “[...] no século XVIII as notícias que se tinham do continente africano através de viajantes europeus eram de fomes, de doenças exóticas e de barbárie entre os próprios africanos”.

Uma vez fui testemunha de uma batalha. Estávamos todos trabalhando em um dia, como de costume, quando nosso povo foi repentinamente atacado. Subi em uma árvore a certa distância, de onde observei a luta. Havia muitas mulheres e homens em ambos os lados; entre elas, minha mãe estava lá, armada com uma espada larga. Depois de lutar por um tempo considerável com grande fúria, e depois que muitos foram mortos, nosso povo obteve a vitória e tomou como prisioneiro o chefe inimigo [...]. Os despojos foram divididos de acordo com os méritos dos guerreiros. Os prisioneiros que não foram vendidos ou resgatados, nós os mantivemos como escravos.⁹

A partir desse trecho selecionado de Equiano (2005), é possível identificar que a principal fonte de escravizados eram as guerras, “[...] a atividade que mais transformou homens livres em cativos, ao longo da história” (Silva 2002, 108), fora algumas exceções¹⁰. Além da guerra, a partir da escravidão endógena presente em Igbo, os casos mais comuns nessa região eram, sobretudo, por motivos políticos (Canto 2015)¹¹.

Equiano descreveu esses conflitos em cima de uma árvore, mas não teve a mesma sorte posteriormente. Seu relato também aborda o dia em que foi sequestrado, passado por diversas famílias e finalmente negociado para a travessia no Atlântico no navio negreiro. Era comum levar os capturados para longe do seu local de origem, percorrendo grandes distâncias (Silva 2002). No caso de Equiano (2005, s/p, tradução nossa), o relato de sua primeira captura mostra que ele foi levado para uma região distante de seu nascimento: “[...] Depois de muitos dias de viagem [...] caí nas mãos de um chefe, em um país muito agradável. [...] todos me trataram muito bem e fizeram tudo o que podiam para me consolar; particularmente a primeira esposa, era como minha mãe”¹².

9 Traduzido pelos autores. No original: “*I was once a witness to a battle in our common. We had been all at work in it one day as usual, when our people were suddenly attacked. I climbed a tree at some distance, from which I beheld the fight. There were many women as well as men on both sides; among others my mother was there, and armed with a broad sword. After fighting for a considerable time with great fury, and after many had been killed, our people obtained the victory, and took their enemy's Chief prisoner [...] The spoils were divided according to the merit of the warriors. Those prisoners which were not sold or redeemed we kept as slaves*”.

10 De acordo com Thornton (2003), as guerras por captura de escravizados na África eram semelhantes às guerras por territórios na Europa em busca de poder e influência política.

11 Como também, em demais regiões, por procedimentos judiciais, religiosos, punições para assassinato roubo, adultério. Somado a casos como órfãos, viúvas sem filhos e em casos de fome, vendiam-se como pessoas escravizadas (Lovejoy 2002; Silva 2002).

12 Traduzido pelos autores. No original: “[...] *After many days travelling, [...] I got into the hands of a chieftain, in a very pleasant country. [...] they all used me extremely well, and did all they could to comfort me; particularly the first wife, who was something like my mother*”.

Na África subsaariana, os conflitos armados rendiam pessoas escravizadas de regiões vizinhas, transportados – aproximadamente 500 a 600 quilômetros de distância – e passados adiante para dificultar fugas e regressos à terra natal. Os que não fossem vendidos para longas distâncias, permaneciam com a finalidade de substituir as baixas e trabalhar para o grupo vencedor. Era uma forma lucrativa e um sinônimo de poder político e militar, uma vez que eles eram extremamente necessários para a manutenção dessa estrutura: “[...] para engrossar os grupos armados e os exércitos com que se produziam mais escravos, essenciais ao processo de acumulação de riqueza e de domínio político” (Silva 2002, 89).

Silva (2002) defende que a gênese da condição de “escravo” ou “dependente” tenha surgido em um determinado contexto – nomadismo coletor ou movimento posterior – por conveniência. Isto é, no final dos conflitos entre grupos distintos, as mulheres e crianças serviam como substitutos das baixas e para somar à força de trabalho do grupo vencedor (Silva 2002). De acordo com Henriques (2003), o ato de dominação sobre o outro é algo oriundo e próprio do *homo sapiens*, por isso a presença de diferentes relações de poder em diferentes contextos sociais e períodos. Desta forma, trata-se de algo que não depende “[...] só do sistema cultural e político, mas da relação de força que permite classificar e hierarquizar os homens e sobretudo as mulheres” (Henriques 2003, 66).

De acordo com Silva (2002), na África subsaariana, os escravizados trabalhavam ao lado da família, porém exercendo as funções mais árduas, permitindo a ampliação de riquezas e de poder. Nessas regiões agrícolas, os conflitos não rendiam muitos escravizados, em contrapartida, as baixas eram significativas, principalmente em comunidades pequenas. É provável que a escravidão doméstica – integrada ao grupo familiar – tenha sido a primeira forma de escravidão que a África conheceu.

De acordo com Henriques (2003), a escravidão doméstica africana está mais próxima de estruturas sociais que integram as relações de poder que geram a condição de dependência, justamente devido a não existência do conceito de “escravo” como mercadoria, como àquele dentro de uma lógica colonial nas Américas. Portanto, a tese defendida por Henriques (2003, 68) é que a escravidão doméstica é constituída a partir de dependentes, não por “escravos”. O conceito de “escravidão doméstica” é incompatível com tal estrutura, aproximando-se a uma condição de “dependência” mais tênue e flexível. Desta forma, a estrutura de integração ao grupo familiar ocasionava um sistema que repelia “[...] as formas mais violentas de dominação e de exclusão” (Henriques 2003, 68).

Por outro lado, Silva (2002, 82) critica a tese de que a escravidão doméstica era uma forma menos violenta, devido à aproximação do escravo com o senhor, resultando em uma possível e “[...] progressiva redução de sua marginalidade, pela incorporação à família do amo e à grei” (Silva 2002, 82). Silva (2002) afirma que foi por meio da violência que o escravizado foi submetido a servir outrem. Era improvável que ao ser capturado o mesmo poderia assumir um papel semelhante a um verdadeiro membro do grupo familiar, dado que lhe sobravam os trabalhos mais pesados e ingratos. Em momentos de crise e de fome eram vendidos, mesmo já completamente incorporados à família.

De acordo com Henriques (2003), a visão de considerar um dependente como súdito sujeito aos maus tratos e indiferente à família trata-se de uma visão etnocêntrica, uma vez que foi uma interpretação do europeu ao deparar-se com as relações de poder e hierarquias sociais na África. Entretanto, é evidente que ocorra transformações entre escravaturas africanas, no sentido conceitual da palavra escravo, devido às influências do comércio realizado pelos mulçumanos e europeus e a forma como esses comércios lidavam com o capturado, constituindo um sentido comercial e violento.

De acordo com Equiano, as condições dos que estavam sujeitos a “escravidão doméstica” ou “dependência” era significativamente diferente do outro lado do Atlântico, transparecendo que não tratam-se das mesmas subordinações: “[...] como era diferente a condição deles daquela dos escravos nas Índias Ocidentais! Entre nós, eles não trabalham mais do que os outros membros da comunidade, e mesmo do que o senhor” (Equiano 2005, s/p, tradução nossa)¹³, e, após passar a trabalhar para segunda família, Equiano conta-nos:

13 Traduzido pelos autores. No original: “[...] how different was their condition from that of the slaves in the West Indies! With us they do no more work than other members of the community, even their masters”.

[...] fui lavado e perfumado e, quando chegou a hora das refeições, fui levado à presença de minha ama e comi e bebi diante dela com seu filho. Isso me encheu de espanto; e mal pude deixar de expressar minha surpresa de que o jovem cavalheiro me permitisse, que era obrigado, comer com aquele que era livre; e não apenas isso, mas que ele nunca comeria ou beberia até que eu tivesse comido primeiro, porque eu era o mais velho, o que era agradável ao nosso costume [...]. Havia também escravos diariamente para nos atender, enquanto meu jovem mestre e eu com outros meninos nos divertíamos com nossos dardos e arcos e flechas, como eu costumava fazer em casa.¹⁴

A partir desses trechos, Equiano busca apresentar diferenciações nas formas de submissão em que ele experimentou. De acordo com Canto (2005), a partir de Victor Uchendu, havia diferentes formas de obter pessoas escravizadas em Igbo, sendo algumas delas passíveis de melhorias de condições. Desta forma, “[...] a distância entre o status de *diala*, livre, e *ohu*, escravo, era muito pequena. Entretanto, é muito claro que na sociedade Igbo, a escravidão nunca foi a base do sistema social (Canto 2005, 104, grifo do autor).

Nesse sentido, de acordo com Henriques (2003), os dependentes eram considerados como filhos para os chefes políticos, como também, o mesmo integrado ao grupo familiar causava efeitos positivos – aumentava o poder de linhagem e fortificava a demografia do grupo – como apontado no relato de Equiano anteriormente¹⁵. A partir do contato com o comércio de escravizados europeu, as guerras que buscavam capturar pessoas eram eficazes devido a essa demografia, gerando grandes números de pessoas escravizadas para as colônias americanas (Henriques 2003). O relato de Equiano (2005, s/p, tradução nossa) a respeito de seu contato com o comércio de escravizados com traficantes brancos transforma-se em tom doloroso, como explicitado no trecho abaixo:

14 Traduzido pelos autores. No original: “*I was washed and perfumed, and when meal-time came I was led into the presence of my mistress, and ate and drank before her with her son. This filled me with astonishment; and I could scarce help expressing my surprise that the young gentleman should suffer me, who was bound, to eat with him who was free; and not only so, but that he would not at any time either eat or drink till I had taken first, because I was the eldest, which was agreeable to our custom [...]. There were likewise slaves daily to attend us, while my young master and I with other boys sported with our darts and bows and arrows, as I had been used to do at home.*”

15 Como, também, possuía alguns requisitos “legais”, caso ocorresse condições de violência, o dependente poderia mudar de senhor. Deste modo, era impossibilitado um sistema em que o senhor “[...] coisifique o dependente tal como pode verificar-se na escravatura colonial, [...] exige que o ‘senhor’ seja cordato e procure não ofender os valores do falso escravo” (Henriques 2003, 68).

[...] eu até desejei minha antiga escravidão de preferência à minha situação atual, que estava cheia de horrores de todo tipo, ainda intensificado por minha ignorância do que eu iria passar. Não tolerei por muito tempo minha dor; logo fui colocado sob o convés, e lá recebi em minhas narinas uma saudação como nunca havia experimentado em minha vida: de modo que, com a repugnância do fedor, e chorando juntos, fiquei tão doente e deprimido que não conseguia comer, nem tinha a menor vontade de provar nada. Eu agora desejava que o último amigo, a morte, me aliviasse; mas logo, para minha tristeza, dois dos homens brancos me ofereceram alimentos; e, ao me recusar a comer, um deles me segurou pelas mãos e me deitou, acho que no molinete, e amarrou meus pés, enquanto o outro me açoitou severamente. Eu nunca tinha experimentado nada desse tipo antes.¹⁶

De acordo com o Dicionário de História da África, elaborado por Lopes e Macedo (2017, 108-109), o conceito de escravatura vai ao encontro com a tese defendida por Henriques (2003): “Em diversas partes da África Ocidental, vigorou o que os especialistas qualificaram de ‘escravidão de linhagem’, situação expressa no vocábulo *jonya*, da língua fulâni (curvar, inclinar; buscar proteção, asilo)”. Nessa perspectiva, o conceito “escravidão” não incorporaria a lógica mercantil europeia dado ao escravizado como mercadoria com o uso da violência, como Equiano conta-nos após ingressar no navio negreiro.

Os autores também ressaltam que o conceito escravidão, escravatura ou escravismo não refletem de forma ampla os diferentes tipos de relações de poder e formas de sujeição que produziram as hierarquias e as relações sociais, nesse caso, “[...] se vinculam às grandes linhagens dos grupos hegemônicos, tornando-se dependentes diretos de seus chefes, ou então de seus governantes” (Lopes e Macedo 2017, 108-109), como evidenciadas no relato história de Equiano. M’Bokolo (2009) também ressalta que se trata de uma relação de dependência por meio de uma violência sem precedentes, pelo menos até o século VII – início do tráfico árabe-mulçumano – e que perpetuou até o século XIX, iniciado em XVI o tráfico de escravizados pelo Atlântico.

16 Traduzido pelos autores. No original: “I even wished for my former slavery in preference to my present situation, which was filled with horrors of every kind, still heightened by my ignorance of what I was to undergo. I was not long suffered to indulge my grief; I was soon put down under the decks, and there I received such a salutation in my nostrils as I had never experienced in my life: so that, with the loathsomeness of the stench, and crying together, I became so sick and low that I was not able to eat, nor had I the least desire to taste any thing. I now wished for the last friend, death, to relieve me; but soon, to my grief, two of the white men offered me eatables; and, on my refusing to eat, one of them held me fast by the hands, and laid me across I think the windlass, and tied my feet, while the other flogged me severely. I had never experienced any thing of this kind before”.

Tráfico transaariano e comércio de escravizados pelo Atlântico: transformações do conceito de “escravidão” na África

De acordo com Nicolau (2013), a dominação árabe na África se iniciou em 639 d.C e em 711 d.C a conquista estava completa na região norte. O tráfico árabe-muçulmano, ou tráfico traansariano, começou em pequena escala após a pregação do profeta Maomé, da expansão árabe no norte da África, durando até o começo do século XX.

As conquistas árabes provocaram o desenvolvimento do tráfico, legitimando a prática, uma vez que “[...] qualquer idólatra capturado numa guerra santa estava voltado à escravatura. [...] não podiam reivindicar a liberdade, mesmo convertendo-se ao Islã” (M’Bokolo 2009, 215). De acordo com Lovejoy (2002), a ausência da cultura significava a ausência de linhagem; portanto, uma maior facilidade de controlar por não serem da mesma cultura. Mesmo quando o escravizado se convertia à cultura de seu dono, nesse caso ao islamismo, ainda era considerado menos devoto. Diferente da escravidão desenvolvida pelos europeus nas colônias, que justificava-se a partir do viés racial, como meio de controle social (Lovejoy 2002).

A conquista árabe no norte da África – por meio das rotas de comércio com a África subsaariana –, também proporcionou certas influências nessa região conquistando adeptos ao islamismo nas populações menores. Deste modo, “[...] a islamização do continente africano proporcionou o surgimento de uma elite de muçulmanos negros capazes de adaptar as sociedades agrícolas então existentes a um sistema político e comercial eficaz” (Lopes e Macedo 2017, 159).

Para M’Bokolo (2009), a expansão militar e religiosa árabe, e a consequente constituição de califados, acarretaram uma transformação brusca no continente. A partir desse momento, as formas de dependência ou sujeição por linhagem, que até então possuíam um aspecto marginal entre as sociedades africanas passa por essas transformações, e, conseqüentemente, incorpora o conceito de escravidão pelo viés de mercado no continente, sobretudo, após o contato com os europeus, que se deu por intermédio dos muçulmanos.

De acordo com M’Bokolo (2009), o comércio de escravizados pelo Atlântico adotou características do comércio transaariano realizado pelos árabes. No primeiro contato estabelecido entre esses dois mundos, os beneficiários foram “[...] talvez as classes dirigentes africanas, para as quais os portugueses representavam uma oportunidade suplementar e que souberam,

em particular na Senegâmbia, utilizar a concorrência entre comerciantes cristãos e mulçumanos” (M’bokolo 2009, 260).

Porém, de acordo com Thornton (2003), quando os europeus e os africanos iniciaram o tráfico de escravizados, os primeiros não tinham poder militar suficiente para forçar qualquer participação desvantajosa para os líderes africanos. A África resistiu e repeliu as primeiras tentativas europeias de ataque em busca de comércio irregular; tais trocas de mercadorias somente foram realizadas quando ia de encontro aos interesses dessas elites africanas. Esse comércio resultou nos europeus aceitando e comercializando de acordo com os inúmeros mecanismos de controle estatal das elites africanas.

Thornton (2003) afirma que as elites africanas souberam preservar a soberania e os mercadores europeus não conseguiram controlar o tráfico de pessoas escravizadas na África. As elites insistiram em ser os primeiros beneficiados, como também controlavam o início e o encerramento das atividades comerciais. Entretanto, M’Bokolo (2009) discorda que os africanos se beneficiaram durante todos os séculos em que o tráfico escravista existiu para suprir as demandas das colônias americanas, mas sim, apenas nos primeiros balbucios. Desta forma, logo as Coroas europeias recuperaram as vantagens e obtiveram avanços financeiros para a exploração desse mercado: “[...] foi na África central e austral que os europeus penetraram em espaços inteiramente novos e perturbaram, num espaço de tempo muito curto, a estrutura e a lógica das trocas em seu proveito” (M’bokolo 2009, 261).

Porém, se houve transformações nas relações de dependência a partir da influência externa, seja ocasionadas pela Europa e/ou pelo mundo islâmico, trata-se de um tema controverso entre os historiadores, uma vez que esse debate está relacionado com a autonomia da história dos africanos. Lovejoy (2002) argumenta que o contato com o tráfico transaariano, e posteriormente transatlântico, foram os fatores responsáveis pelas transformações na África, visto que, “[...] a Europa e as terras centrais islâmicas viam as áreas na sua periferia como fonte de escravos, e a África era uma dessas regiões periféricas” (Lovejoy 2002, 55).

Argumenta-se que na África subsaariana a escravidão não era institucionalizada, ou seja, a escravidão era um “[...] aspecto menos importante da sociedade [...] incidental à estrutura da sociedade e ao funcionamento da economia” (Lovejoy 2002, 39), uma vez que se concentrava mais na exploração doméstica e sexual. Lovejoy (2002) utiliza-se dos argumentos apresentados por Moses I. Finley para afirmar que a transformação se deu a partir do momento no qual a escravidão se tornou institucionalizada, baseada no aumento da importância do escravizado, que passou a desempenhar um

papel essencial na economia e no monopólio do poder político, decorrente ao aumento da demanda nas colônias. Essa transformação da escravidão não institucionalizada para uma instituição que passou a exercer papel fundamental na economia resultou no desenvolvimento de um modo de produção escravista como parte mais importante dessa sociedade.

Silva (2002) também argumenta que, a partir do contato estabelecido com ambos os tráficos (traansariano e transatlântico), ocorreu uma forte influência e, conseqüentemente, povos que não possuíam pessoas escravizadas passaram a adotar a escravidão por essa pressão externa, como, por exemplo, os diolas de Casamansa¹⁷. Defende-se que a intensa exploração (ocorrida de 1600 a 1800)¹⁸ impediu que líderes militares e políticos consolidassem um Estado africano forte e centralizado. O continente conservou-se fragmentado, precisamente nas áreas mais influenciadas pelos interesses europeus – mão de obra escrava, ouro, dentre outras mercadorias – ao longo da bacia do Atlântico (Lovejoy 2002).

Lovejoy (2002) verificou que a expansão da escravidão para o interior do continente africano resultou em uma intensificação da rivalidade entre os comerciantes e governantes africanos, que lutavam pelo controle dos mercados e rotas comerciais. Diante deste cenário, a economia se tornou dependente da exportação de escravizados e a sua intensificação gerou a necessidade de mais capturas, cujos efeitos contribuíram para a expansão da fragmentação política africana.

Canto (2015, 96) também possui uma perspectiva semelhante à tese de Lovejoy (2002) e Moses I. Finley, uma vez que é afirmado que a região de Equiano, Igbo, sofreu uma intensificação de conflitos com o intuito de capturar novos escravizados para o comércio atlântico, ao ponto de que “[...] sacerdotes ou oráculos tiveram o poder de incitar a guerra entre pequenos clãs ou comunidades com o objetivo de adquirir escravos para a venda”. Portanto, Igbo sofreu influência externa por parte dos europeus e seus interesses, alterando as relações de dependência constituídas anteriormente ao tráfico atlântico. Essa influência externa ocorreu em detrimento de que Igbo tratava-se de uma aldeia e não um Estado consolidado e potente como apontado por Canto (2015, 95):

17 Os diolas de Casamansa são um povo que se concentrava no oeste-africano, na atual República de Senegal (Lopes e Macedo 2017).

18 De acordo com a Base de Dados W. E. B. Du Bois de Viagens de Navios Negreiros, o volume total de 11.313.000 escravizados transportados para a América, tendo o seu alto pico entre 1701-1800, com 53,8% do volume total (Lovejoy 2002, 51).

A nação Igbo foi uma das que mais sofreu com o nascimento do mercado internacional de escravos no mundo atlântico, principalmente em virtude de seu tipo de estruturação social e da facilidade com que os escravizados nessas comunidades podiam ser transportados para os grandes portos de distribuição de escravos [...]. Essas aldeotas, pequenas estruturas políticas, tornavam as comunidades Igbo vulneráveis, pois não haviam Estados potentes para protegerem seus residentes, [...]. Pequenas guerras entre os grupos ou clãs, capturas e seqüestros, como o ocorrido com Equiano, fizeram das comunidades Igbo a segunda maior fornecedora de escravos ao mundo Atlântico [...].

Silva (2002, 90) não acredita que tal contexto tenha contribuído para a fragmentação política continental, pois “[...] as transformações da escravidão devem ter acompanhado as mudanças políticas que reuniram em micro-Estados, aldeias regidas por cabeças de linhagem, e desses micro-Estados, fizeram reinos, e dos reinos, impérios”. Em outras palavras, essas transformações ocorridas a partir de influências externas consolidaram a escravidão, tornando-a em uma parte importante para que figuras políticas aumentassem e centralizassem o seu poder. Como resultado desse movimento, a escravidão tornou-se mais complexa – através do tráfico pelo Mar Vermelho, Saara e Atlântico – em estados mais centralizados e hierarquizados.

Entretanto, Lovejoy (2002, 121, grifos do autor) defende que a situação de fragmentação política do continente africano somada aos avanços das instituições islâmicas, sobretudo, e europeias no comércio de escravizados, teve como resultado uma África que “[...] continuou sendo o primo pobre da comunidade mundial [...] a função do continente parecia ser a de enviar o seu povo para as *plantations* e minas das Américas” e favoreceu para que a África permanecesse na periferia do capitalismo, mesmo com a abolição da escravidão nas Américas. Essas constatações criam uma estética da África que reduz e simplifica sua imagem, mensurado a partir de juízo de valores e ideia de progresso, do ponto de vista eurocêntrico, desconsiderando suas complexidades (Silva 2002). Silva (2003, 55) destaca que a África foi “[...] um continente sem senhores externos”, ainda no início do século XIX, com exceção a Cabo da Boa Esperança e possessões portuguesas, mas sem grandes dimensões territoriais, como se deu no colonialismo.¹⁹ Os estabelecimentos

19 De acordo com Silva (2003, 63) “[...] a história tem suas ironias”: em um movimento da política britânica, sob o pretexto de proibir a continuação do comércio de escravos e de estabelecer o controle do Atlântico, os europeus ocuparam a África. Com a ajuda da pólvora e novas tecnologias de armamento depuseram chefes e elites africanas e, conseqüentemente, destruíram monopólios, no qual, muitos fundavam seu poder. O “movimento generoso” de acabar com o tráfico de seres humanos, resultou na colonização da África e no mito da “missão civilizadora”.

de origem europeia fixados na Costa e Contracosta pagavam aluguéis, tributos ou taxas de comércio aos chefes locais (Silva 2003).

Para Thornton (2003), os europeus não adentraram na África para o saque, por serem comerciantes de uma economia mais desenvolvida e adiantada – com vantagens organizacionais e noções mais elaboradas de lucros. O comércio com a África tinha dimensões complexas e muito bem elaboradas pelos governantes africanos, que buscavam acima de tudo meios de maximizar lucros e evitar prejuízos. Esse comércio resultou no aceite da Europa e o comércio de acordo com os inúmeros mecanismos de controle estatal das elites africanas.

A hipótese de que os africanos eram comerciantes experientes é questionada por Lovejoy (2002) pelas consequências demográficas, ou seja, a exportação de escravizados teria sido prejudicial em relação à perda de adultos do sexo masculino, afetando índices sexuais, taxas de dependências e divisões sexuais do trabalho (Thornton 2003). Em regiões nas quais o número de escravizados do sexo masculino era superior ao do sexo feminino, ou quando a distribuição era desigual – devido à alta exportação de escravizados para as Américas e escravizadas para o mundo islâmico – a taxa de natalidade podia sofrer grandes declínios proporcionais da população, resultando em um desequilíbrio demográfico (Lovejoy 2002). Thornton (2003) não acredita que os africanos foram forçados a tomar decisões irracionais, uma vez que o comércio de escravizados se desenvolveu de forma racional pelas sociedades africanas, pois os escravizados eram a única forma de propriedade privada lucrativa, diferente do sistema europeu que baseava os lucros na posse de terra.

Silva (2002, 98) também aponta o escravizado como “[...] o único tipo de bem de capital verdadeiramente privado reconhecido pelas leis costumeiras de grande parte do continente africano”, diferente da Europa, em que a produção de riquezas estava na terra. Já na África, o solo era o bem que pertencia a todos, dessa forma, quem possuía mais escravizados para trabalhar na terra, conseguiria mais prestígio e influências, e conseqüentemente, produzir riquezas nas terras. Porém, vale destacar que essa moeda de poder não estava garantida, uma vez que havia um custo para mantê-los e substituí-los em caso de fugas, doenças, sacrifícios, mortes, entre outras circunstâncias. No caso de fugas, os escravizados que corriam esse risco poderiam ir de encontro à alguma região que ocasionasse novamente a sua captura.

De acordo com Manning (1998, 18), “[...] a principal fonte da mudança sócio-demográfica era a influência externa”; desta forma, o despovoamento

em larga escala atingiu números drásticos no início do século XVIII, em razão das plantações de açúcar nas colônias (Brasil, Barbados, Jamaica, entre outros). Como resultado, os preços de escravizados (em declínio) aumentaram em detrimento dessa intensa demanda (cerca de 100 mil por ano, até início do século XIX). Desse modo, ocorreram transformações sociais no continente africano, uma vez que esse mercado de escravizados – com novas demandas – ocasionou impactos na demografia, como mencionado anteriormente, e impactos nos preços – em torno de quatro vezes maior em comparação ao século XVII (Manning 1998).

Como a guerra era um dos principais motores que sustentava os tráficos (transatlântico e transaariano), também possibilitou mudanças na organização social da própria guerra e suas tecnologias: ou seja, “[...] à medida que a guerra foi-se transformando de combate de elites, [...] e em objetivos de conquista territorial, um fluxo proporcionalmente inesgotável de conflitos foi liberado” (Manning 1998, 17). Em resumo, Manning (1998) defende a tese de que as influências externas no continente africano no comércio de escravizados para o Novo Mundo foram intensas o suficiente para ocasionar mudanças sociais nas estruturas políticas africanas.

Conclusão

A partir da leitura e análise dos trechos da autobiografia de Equiano, com auxílio do debate divergente da historiografia africanista, reforça-se a percepção da obra como, além de uma importante obra abolicionista, contribuidora para maiores compreensões das experiências de um protagonista oriundo de Igbo. Desta forma, destacou-se as divergências entre as relações de poder pré-existentes na África subsaariana, a partir do recorte do espaço de Igbo e as divergências entre os historiadores em relação às formas violentas ou ausência delas nesse contexto. Equiano contou-nos a respeito de suas experiências, antes de seu sequestro, como os conflitos entre grupos distintos e suas conquistas, entre elas, novos súditos, como também, suas primeiras experiências como capturado e vivendo como um membro que trabalhava integrado a uma família distinta e longe de sua região natal. Seu relato incorpora um tom mais melancólico a partir da narrativa de seu contato com mercadores europeus dentro do navio negreiro, evidenciando as diversas formas de violências, nunca experimentadas anteriormente, como narrado nesse trecho: “[...] as pessoas brancas pareciam e agiam, como eu pensava, de

uma maneira tão selvagem; pois eu nunca tinha visto entre qualquer pessoa tais exemplos de crueldade brutal” (Equiano 2005, s/p, tradução nossa²⁰).

Essa afirmação de Equiano contraria os discursos eurocêntricos presentes entre os missionários durante o tráfico de escravizados e, sobretudo, aos discursos que se expandiram durante todo século XIX a respeito do conceito de civilidade e progresso defendidos pelas teorias raciais em oposição aos “costumes bárbaros” e “selvagens” associados ao continente africano. Nesse sentido, levanta reflexões a respeito das contradições presentes na história mundial, principalmente, na construção de discursos filantrópicos que permaneceram durante grande parte do século XIX e XX enraizados na literatura (Visentini, Ribeiro e Pereira 2012).

Sua narrativa foi marcada por um sofrimento mais intenso a partir do contato com o comércio de escravizados praticados pelos europeus, evidenciando as principais características do conceito de escravidão e suas possíveis transformações ao longo das conexões e influências externas: “[...] Assim continuamos a passar por mais sofrimentos do que agora posso relatar, sofrimentos que são inseparáveis deste maldito comércio” (Equiano 2005, s/p, tradução nossa)²¹. Em Igbo, as compras de novos escravizados não eram comuns, como também, sequestros em grandes quantidades, porém, após as influências externas iniciadas pelo comércio de escravizados pelo Atlântico, os sequestros tornam-se mais comuns. Em Igbo, os sequestradores eram chamados de *Abam* e *Ekumeku* (Canto 2005).

De acordo com Silva (2012), Equiano foi primeiro para Virgínia e depois Inglaterra; adquiriu liberdade em 1776 e faleceu em 1797. Após quase dois séculos de sua morte, Equiano tornou-se fonte de inspiração para a formação da identidade dos Igbos durante o século XX, como afirma Canto (2015, 117):

A autobiografia de Equiano ficou obscura durante muito tempo. Somente nos anos sessenta, no período em que a Nigéria se tornou independente e que explodiu a guerra da Biafra, é que ela veio à tona novamente. O texto de Equiano é novamente uma forte arma ideológica. Se, no período em que foi escrita, tinha o cunho panfletário em relação à abolição, no século XX vai ter o poder de constituir a identidade dos Igbos. Certamente Gustavus não imaginava que seu texto iria percorrer os séculos e renascer novamente como ferramenta política.

20 Traduzido pelos autores. No original: “[...] *the white people looked and acted, as I thought, in so savage a manner; for I had never seen among any people such instances of brutal cruelty*”.

21 Traduzido pelos autores. No original: “*In this manner we continued to undergo more hardships than I can now relate, hardships which are inseparable from this accursed trade*”.

No período em que a Nigéria se emancipou, em 1960, foi o momento em que a obra de Equiano foi ponto chave como instrumento político de formação identitária. Desta forma, a fonte primária em destaque é de suma importância para maiores compreensões, não só para o recorte estabelecido nesta pesquisa, como também para entender a Nigéria contemporânea e a formação do Brasil, uma vez que, “[...] Igbo [foi] a segunda maior fornecedora de escravos ao mundo Atlântico” (Canto 2015, 95).

REFERÊNCIAS

- Alagoa, Ebiegberi Joe. 2010. “Do delta do Níger aos Camarões: os Fon e os Ioruba.” In *História Geral da África V: África do século XVI ao XVIII*, editado por Bethwell Allan Ogot, 519-540. Brasília, UNESCO.
- Beloto, Gisele Maria. 2019. “Material didático de história com vista à Lei n.º 10.639/03: Uma construção de Política Educacional.” Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Bicalho, Gustavo. 2016. “Identidades narrativas transatlânticas: Mahom-mah Gardo Baquaqua e Gustavus Vassa, ou Olaudah Equiano.” *XV Congresso Internacional Abralic: Experiências literárias textualidades contemporâneas*, n. 1 (agosto): 2325-36.
- Canto, Rafael Antunes do. 2015. “Olaudah Equiano: a vida de um marinheiro negro no atlântico do século XVIII e a memória de África.” Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Equiano, Olaudah. 2005. *The Interesting Narrative of the Life of Olaudah Equiano, Or Gustavus Vassa, The African Written By Himself*. Utah: Project Gutenberg. <https://www.gutenberg.org/files/15399/15399-h/15399-h.htm>.
- Equiano, Olaudah. 2012. “A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano, ou Gustavus Vassa, o africano: Os ibos.” In *Imagens da África*, editado por Alberto da Costa e Silva. 284-5. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras.
- Henriques, Izabel de Castro. 2003. *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Edições Colibri.
- Ki-Zerbo, Joseph. 2010. “Introdução geral.” In *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*, editado por Joseph Ki-Zerbo, XXXI-LVII. Brasília: UNESCO.

- Lopes, Nei e José Rivair Macedo. 2017. *Dicionário da história da África: Séculos VII a XVI*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Lovejoy, Paul. 2002. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Manning, Patrick. 1988. “Escravidão e mudança social na África.” *Novos Estudos*, no. 21: 8-29. São Paulo.
- Marson, Adalberto. 1984. “Reflexões sobre o procedimento histórico.” In *Repensando a História*, editado por Marcos Antonio da Silva, 37-64. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- M’Bokolo, Elikia. 2009. *África Negra, História e Civilizações: Tomo I (Até o século XVIII)*. São Paulo: Casa das Áfricas.
- Munanga, Kabengele, e Nilma Lino Gomes. 2006. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global Editora.
- Nicolau, Marcelo Costa. 2013. “A componente histórica”. In: *África e a estratégia nacional*, editado por Darc Costa, 47-126. Rio de Janeiro: Capax Dei.
- Silva, Alberto da Costa e. 2002. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Thornton, John. 2003. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus.
- Vansina, Jan. 2011. “A tradição oral e sua metodologia.” In *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*, editado por Joseph Ki-Zerbo, 139-166. Brasília: UNESCO.
- Visentini, Paulo Fagundes, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira. 2012. *História da África e dos africanos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

RESUMO

O texto busca debater conceitos fundamentais no que diz a respeito do tema História da África, sobretudo, o debate em torno do conceito de dependência/escravidão e suas possíveis transformações diante das influências externas e conexões com outras culturas, tais como o islamismo e o cristianismo. Esse texto foi desenvolvido a partir da fonte histórica autobiográfica de Olaudah Equiano e por meio da metodologia de Adalberto Marson (1984). O objetivo concentra-se no avanço do debate conceitual por meio da historiografia africanista e justifica-se pela importância do avanço das pesquisas referente ao recorte regional de Igbo, uma vez que foi uma das regiões que mais exportou escravizados para o continente americano, tendo como grande contribuição para a formação da identidade cultural americana.

PALAVRAS-CHAVE:

História da África. Escravidão. Historiografia.

Recebido em 19 de agosto de 2020

Aceito em 2 de março de 2021